

MONITORIA

“Estamos perante uma situação muito frágil”

AS CHEIAS E A SUCESSÃO DE DEPRESSÕES QUE ATINGIRAM O CONCELHO DE ALMEIRIM, ENTRE ELAS A DEPRESSÃO KRISTIN, CAUSARAM PREJUÍZOS AVULTADOS NA AGRICULTURA. GONÇALO ESCUDEIRO, ENGENHEIRO E DIRETOR EXECUTIVO DA TORRIBA, ORGANIZAÇÃO QUE REPRESENTA 150 PRODUTORES NUMA ÁREA DE CERCA DE 6.000 HECTARES, FAZ O RETRATO DE UMA SITUAÇÃO QUE CONSIDERA “MUITO COMPROMETIDA” PARA TODO O SETOR AGRÍCOLA E PARA AS ATIVIDADES QUE DEPENDEM DESTA PRODUÇÃO.



Tem ideia dos prejuízos que o mau tempo causou?

Nós tivemos prejuízos em diferentes níveis. Alguns deles aconteceram no âmbito da depressão Kristin, que afetaram infraestruturas como armazéns e pivôs. Quando se passa à entrada de Almeirim, conseguem-se facilmente visualizar pivôs tombados e danificados, fruto das condições que se verificaram com essa tempestade.

Depois, temos prejuízos que resultaram, efetivamente, das chuvas, ou desta sequência de depressões que vieram neste “comboio”, como se costuma dizer, e que se seguiram umas às outras, criando condições de saturação total de água nos solos. Isso fez com que culturas que, habitualmente, fazem nesta época, ficassem destruídas.

Estamos a falar de prejuízos,

de alguma maneira, avultados. Há agricultores que não têm prejuízos porque não tinham culturas nesta altura, mas há outros em que os prejuízos estão concentrados, porque tinham uma parte importante da sua atividade desenvolvida neste período e vêem essa produção afetada.

Falamos, essencialmente, da produção de couves, é uma época em que se cultiva muita couve aqui na região, da produção de cenouras, de ervilhas e de favas. São culturas anuais que normalmente se fazem durante esta época. Estão adaptadas a períodos de chuva longa, mas não desta natureza. Habitualmente, chovem 600 a 700 milímetros por ano. Nesta altura, desde outubro até agora, já vamos com 850 milímetros. Ou seja, já choveu mais entre outubro e meados de fevereiro do que

chove, normalmente, num ano inteiro.

Os solos não estão preparados para isto. A saturação acontece e, ao acontecer, as raízes ficam permanentemente debaixo de água, o que provoca asfixia da planta. Ela não consegue respirar porque não há ar, está tudo saturado, e acaba por morrer. Neste momento, os campos estão dizimados, com prejuízos enormes para toda a fileira.

Nesta fase, o prejuízo recai diretamente sobre o produtor, porque foi ele quem fez o investimento. Mas o impacto não se fica por aí, os clientes que vivem da compra e comercialização destes produtos, ao não terem mercadoria para colocar no mercado, também deixam de fazer negócio. Ou seja, toda a fileira está fortemente comprometida.

Ainda estão a fazer o levantamento dos danos e dos prejuízos?

Sim. Temos dois tipos de prejuízos: os danos nas estruturas dos produtores, que são mais difíceis de identificar, e os danos resultantes da perda de produção.

As águas acabaram por descer no fim de semana passado e estamos agora a avaliar a situação. À medida que avaliamos, os produtores vão carregando na plataforma da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) os prejuízos apurados, acreditando que haja sensibilidade por parte do Governo e dos órgãos de decisão para apoiar estes produtores que estão numa situação muito frágil.

Consegue ter uma noção

 **exaclean**
especialistas em produtos de higiene e limpeza

Nº Único
707 201 142

www.exaclean.pt
geral@exaclean.pt

Dutex

Dino

Diversey

GOJO

Kimberly-Clark
PROFESSIONAL

vileda
PROFESSIONAL

TORK

DHYS
Group

da ordem de grandeza dos prejuízos?

Se formos à procura de prejuízos diretamente relacionados com as culturas, podemos estar a falar entre 500 mil e 800 mil euros. São, mais ou menos, os valores que temos apurados relativamente às culturas instaladas.

Acha que os apoios disponibilizados são suficientes?

Temos de ter consciência de que há situações que podem estar cobertas pelo seguro e outras que não. As cheias, por exemplo, não fazem parte das coberturas base.

Estamos perante uma situação calamitosa. Existem fundos de calamidade na União Europeia que devem ser acionados para apoiar estas culturas comprometidas, que não têm forma de se defender porque não há seguros que cubram este tipo de prejuízos.

Tem de haver sensibilidade e capacidade de explicar o que se está a passar para que os apoios tenham impacto real face aos prejuízos que os produtores estão a verificar.

O Comissário Europeu da Agricultura e Alimentação, Christophe Hansen, esteve na região, mas não passou pelo concelho. Acha que o devia ter feito?

Segundo percebi, esteve nas Portas do Sol e teve uma visão privilegiada sobre o concelho, de lá vê-se muito bem Almeirim. Apesar de não ter estado fisicamente no concelho, viu o estado em que estava.

Não podemos ser injustos ao deixar de considerar estes concelhos do Vale do Tejo como estando em situação de calamidade. Para além dos danos nas habitações, na floresta e na agricultura, toda a zona ribeirinha foi fortemente afetada, quer pela intensidade dos ventos, quer pela subida e persistência das águas.

O comissário europeu da Agricultura e Alimentação admitiu que os 450 milhões disponíveis podem ser poucos. Concorda?

Se começarmos a criar fatores de exclusão na cobertura, pode haver muitas situações que não venham a ter apoio. Se isso acontecer, os fundos até podem nem ser totalmente utilizados, mas se formos justos na forma de apoiar todas estas pessoas que sofreram prejuízos visíveis em qualquer viagem que façamos pelo concelho, então este dinheiro pode não ser suficiente.

Existe o risco de alguns agricultores não terem capacidade para ultrapassar este momento?

Com certeza que sim. A Comissão Europeia e o Governo têm de criar instrumentos, quer ao nível de seguros, quer ao nível de medidas extraor-

dinárias, que se adaptem à realidade atual, marcada por maior frequência de fenómenos extremos.

Ouvimos falar com enorme frequência de anos mais quentes, mais frios, mais ventosos ou mais chuvosos. As margens da atividade agrícola são hoje muito reduzidas, num contexto de mercados difíceis e concorrência globalizada. Se não forem criados instrumentos para proteger esta atividade, não tenho dúvidas de que muitos agricultores podem ficar pelo caminho.

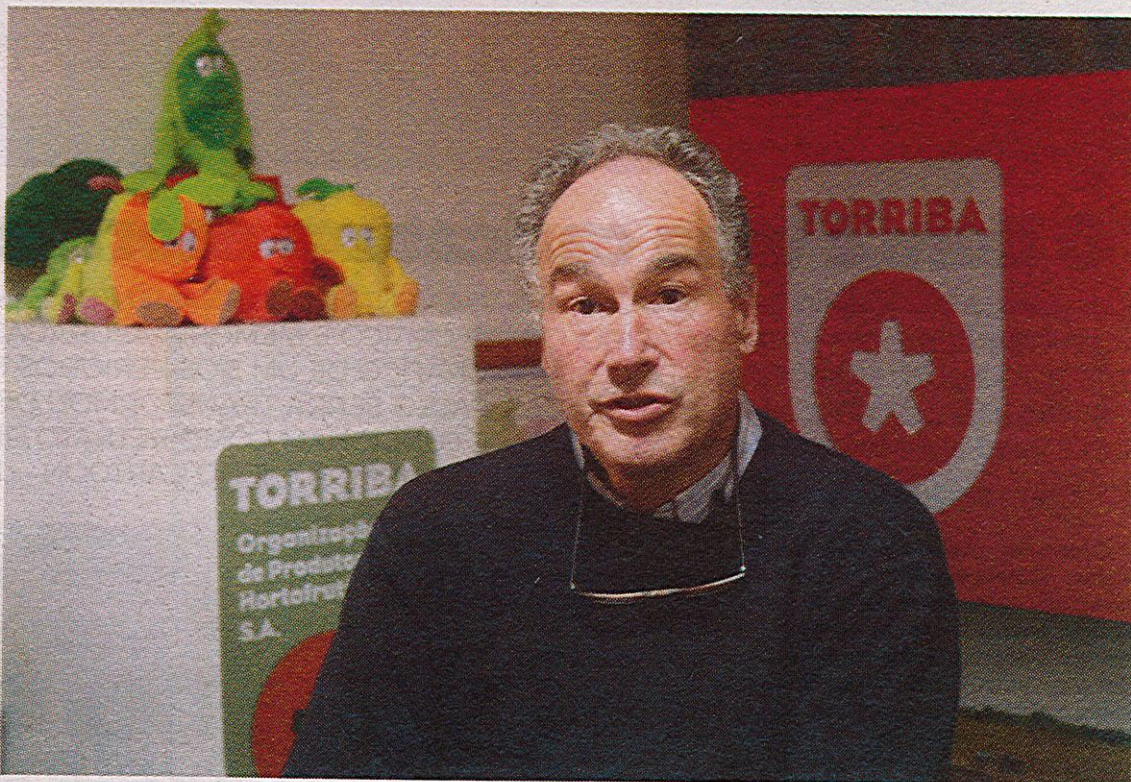
Vão acontecer atrasos em algumas culturas?

Sim. Por exemplo, ao nível da Torriba, temos a cultura da batata, que normalmente começa a ser instalada em meados de janeiro. Só agora é que vamos conseguir começar a instalá-la, ou seja, com cerca de um mês de atraso. Não sabemos se, por ser instalada em dias mais longos e com temperaturas mais altas, acabará por compensar parte desse atraso. Mas é uma preocupação. As sementes estão nos armazéns dos agricultores, já deviam estar na terra, continuam a desenvolver-se e os produtores não as podem plantar porque os terrenos estão encharcados.

Na próxima semana tínhamos previsto começar a instalar brócolos, com plantas já a chegar às explorações, mas muitos produtores não conseguem instalar as culturas. Todo o planeamento de primavera-verão começa a ficar comprometido. Há ainda produtores que não conseguiram semear cereais, como trigo, ou culturas como tremço e grão. Não é apenas o que se perde, é também o que se deixa de fazer. Muitos deles também não conseguiram apanhar toda a batata-doce ou o milho, porque as chuvas começaram em outubro e as condições estão adversas há quatro meses. O impacto é muito grande, tanto no que se perdeu como no que não se consegue instalar.

Existe algo de positivo, como a recarga do lençol freático?

É verdade que temos a sorte de ser alimentados por um dos maiores aquíferos. Se não chove, não há forma de o alimentar. Mas quando, num período em que, normalmente, poderiam cair 400 milímetros, caem 850, grande parte dessa água acaba por se perder no mar. Se houvesse uma gestão mais cuidada do rio, e falo do Tejo, mas também do Sado ou do Mondego, com mais barragens que permitissem regular melhor o caudal, poderíamos evitar parte da destruição dos campos e aproveitar melhor essa água, que não nos traz riqueza, leva-nos riqueza. Leva terreno arável e matéria orgânica para o mar. Com mais represas, poderíamos segurar a água quando é excessiva e



libertá-la quando faz falta.

Vivemos também com a ameaça da intrusão salina. Se não houver água doce suficiente, a água salgada entra e

compromete o nosso grande património agrícola junto ao rio Tejo. Por isso, a gestão da água é fundamental. Se conseguíssemos regular melhor o

caudal de inverno e de verão, também conseguiríamos alimentar melhor o aquífero e proteger a atividade agrícola da região.

AGORA É SÓ CAETANO.

UMA DECISÃO ESTRATÉGICA, TÃO SIMPLES QUANTO CLARA.

Durante anos, o nome Caetano Auto representou dimensão, solidez e crescimento. Mas as marcas evoluem. O mercado mudou. A forma como as pessoas se relacionam com as marcas também.

Hoje, a marca acompanha essa evolução.

A partir de agora, passamos a ser simplesmente Caetano.

Uma decisão estratégica assente em três pilares essenciais: simplificação, proximidade e coerência.

Num contexto onde a confiança se constrói na relação - e não na formalidade - simplificar o nome é alinhar a marca com a experiência real que as pessoas já vivem connosco.

Uma marca mais simples. Uma estratégia mais clara.

Nada se perde nesta transição. Pelo contrário.

Continuamos a representar, com o mesmo rigor e compromisso, as marcas que fazem parte do nosso ADN: Toyota, Lexus, Caetano Colisão e GlassBack.

As equipas mantêm-se. Os valores são os mesmos.

E a presença continua sólida, de norte a sul do país. Nesta região, estamos consigo em:

Santarém
Leiria • Caldas da Rainha

Mudámos o nome. Mantivemos a estratégia.

Este é um passo natural. Uma evolução consciente.

Uma marca mais transversal, mais próxima e preparada para o futuro.

Porque quando a estratégia é clara, a comunicação torna-se simples.

Movemo-nos Juntos.

caetano



LEXUS



Caetano Colisão

GLASSBACK